

Amazonino tenta evitar investigação

A oposição precisa ter pelo menos oito assinaturas de deputados para instalar a CPI, o que está cada vez mais difícil

O calvário de Amazonino Mendes começou há duas semanas quando se viu envolvido em duas acusações de extrema gravidade. A primeira, feita pelo boquirroto deputado federal acreano Ronivon Santiago (PFL-AC) em gravações feitas pelo misterioso Senhor X, Amazonino aparece como corrupto ativo.

Ele teria garantido R\$ 200 mil para cada um dos cinco deputados acreanos que venderam seus votos para aprovar a emenda da reeleição na Câmara dos Deputados.

Para completar, seu ex-amigo de 30 anos, o empresário Fernando Bonfim, divulgou gravações de uma conversa com o filho de Amazonino, Armando Mendes, onde a família do governador aparece como a verdadeira proprietária da construtora Econcel, onde Bonfim reconhece que atuava como testa-de-ferro.

A Econcel faturou R\$ 34 milhões em obras do governo estadual em 1995, sendo R\$ 19 milhões em empreitadas feitas sem licitação pública, segundo relatório do Tribunal de Contas do Estado.

A denúncia sobre a compra de votos para assegurar a emenda da reeleição vieram à tona quando Amazonino Mendes e dois fiéis escudeiros — o deputado federal Átila Lins e o secretário de Comunicação Ronaldo Tiradentes — estavam viajando pela Ucrânia.

Coincidência ou não, no regresso a Manaus, do governador, todos os deputados estaduais do bloco governista conseguiram um empréstimo de R\$ 20 mil no Fundo de Previdência da Assembléia Legislativa. Deputados de oposição como Joaquim Corado suspeitam que Amazonino comprometeu-se a saldar os débitos.

O empréstimo seria apenas um “aperitivo” de Amazonino para garantir que seus fiéis aliados no parlamento estadual não aprovariam a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar seu envolvimento com o esquema de compra de votos e suas relações perigosas com as empreiteiras.

MÃO-DE-FERRO

Mas o sonho oposicionista de criar uma CPI começou a ir por água abaixo já na terça-feira, quando a deputada “independente” Márcia Costa (sem partido) foi vista saindo da mansão de Amazonino.

No dia seguinte, Márcia Costa jurou de pé junto: “nunca fui da oposição ao governo”, embora tenha participado do bloco que reúne sete deputados, que nos últimos tempos tem atazanado a vida

do governador Amazonense. A oposição precisa ter pelo menos oito assinaturas de deputados para instalar a CPI, o que está cada vez mais difícil.

“Com uma CPI, quebraríamos o sigilo bancário do Amazonino Mendes, do Samuel Hannan (secretário da Fazenda), do Otávio Raman (empreiteiro que aluga a casa ao governador) e do Fernando Bonfim (autor das denúncias contra Amazonino, seu ex-amigo) e teríamos nas mãos uma boa parte de todo o esquema de corrupção implantado no estado”, assegura o deputado Eron Bezerra (PC do B).

Tratando sua bancada a pão-de-ló e os adversários políticos com mão-de-ferro, Amazonino Mendes viu seus planos de se tornar a maior liderança política da Amazônia se transformar em pesadelo com a saraivada de denúncias.

INTERVENÇÃO

No interior do estado, Amazonino Mendes trata a pão e água os prefeitos eleitos por partidos que lhe fazem oposição. Para mostrar que não brinca em serviço, em

1995 o governador repassou apenas R\$ 231 milhões dos R\$ 308 milhões que deveria mandar para os municípios interioranos referentes aos 25% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), como manda o artigo 158 da Constituição Federal. Como não cumpriu a Constituição, o deputado Eron Bezerra encaminhou ao Ministério Pùblico Federal uma ação onde pede intervenção federal no Amazonas.

As denúncias sobre compra de votos e de ter participação em empreiteiras que abocanham a maioria das obras do estado e na capital, Manaus, pelo menos conseguiram um efeito prático: uniram a oposição amazonense.

É cada vez mais viável uma ampla aliança estadual para enfrentar Amazonino Mendes em três de outubro de 1998, quando o governador — se não renunciar até lá — pretende disputar a reeleição.

A chapa oposicionista poderia lançar o auditor fiscal Serafim Corrêa (PSB) ao governo do estado, cabendo ao ex-cacique Gilberto Mestrinho uma vaga no Senado.

A chapa seria reforçada com estrelas em ascensão na política amazonense como o ex-prefeito de Manaus o secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgilio, além de deputados estaduais como Joaquim Corado e Eron Bezerra e o vereador da capital Francisco Praciano (PT), que poderão compor a chapa da oposição à Câmara dos Deputados.